

Dívida externa: uma abertura para negociações (final)

Guido Hanselmann (*)

No decurso dos últimos doze meses os bancos contribuíram com mais de uma forma para a recuperação econômica daqueles países devedores que realmente se engajaram em esforços próprios. Acertaram acordos com o México que prevêem uma consolidação de todos os vencimentos dos anos 1985-1991, num valor total de US\$ 48,7 bilhões. Declararam-se dispostos a estudar um ajuste semelhante com o Brasil, para os compromissos vencendo nos anos 1985-1991, num valor global de US\$ 45,3 bilhões. Ambos os casos excluem a obrigatoriedade de conceder créditos adicionais. Também os compromissos públicos e privados do Chile vencendo nos anos 1985-1987, num valor total de US\$ 5,9 bilhões, tiveram seus prazos dilatados por doze anos, além de terem sido concedidas novas facilidades creditícias num valor total

de US\$ 1.085 milhões. A Argentina teve consolidadas suas dívidas vencidas em 1982-1985, num total de US\$ 13,4 bilhões, e foram-lhe concedidos US\$ 4,2 bilhões em dinheiro novo. Em entendimento com a Venezuela para o reescalonamento das dívidas públicas, num montante de US\$ 21,2 bilhões, está prestes a ser concluído, sem a promessa de novos créditos (a Venezuela dispõe atualmente de reservas cambiais da ordem de US\$ 13,5 bilhões). Um acordo foi acertado com as Filipinas, que prevê um reescalonamento das dívidas com vencimento nos anos 1983-1986, num total de US\$ 5,8 bilhões.

Todos esses acordos proporcionam aos devedores tempo para respirar, que deve por eles ser aproveitado para fomentar o desenvolvimento econômico e social e para recuperar a credibilidade internacional. Discutir-se hoje sobre se devem ou não resgatar suas dívidas integralmente

e qual o prazo em que isso seria praticável é acadêmico. O alvo primordial deve ser a reconquista, o mais rapidamente possível, do acesso às fontes financeiras normais.

Com esta meta em vista, podemos tirar algumas conclusões das experiências passadas. Devem-se evitar os créditos bancários a curto prazo para o financiamento de obras de infra-estrutura ou para equilibrar o orçamento governamental. Também as indústrias só devem recorrer a financiamentos em moeda estrangeira quando suas atividades gerarem divisas. Deverão, ainda, recorrer mais à utilização de capital de risco do que a empréstimos.

Os bancos podem gabar-se de ter contribuído com sua parcela, nestes últimos e difíceis anos, para que a crise seja sobrepujada. Deverá agora ser exigido dos governos dos países deve-

dores que, em sequência às medidas de emergência temporárias, apliquem programas econômicos realistas a longo prazo, que permitam um desenvolvimento sadio de sua economia nacional. Isto indiscutivelmente inclui um maior fomento dos investimentos.

Os investidores, tanto os nacionais quanto, especialmente, os potenciais estrangeiros, ainda não encontram, em grande parte dos países, as condições políticas, sociais, fiscais e econômicas que pudessem atrair uma maior aplicação em capital de risco. A substituição de créditos por investimentos poderia aliviar bastante a situação do balanço de pagamentos de uma série de países. Um clima de confiança e a perspectiva de estabilidade política e social numa economia livre poderiam induzir a uma repatriação de valores que em anos anteriores haviam sido deslocados para o exterior, em es-

pecial para os Estados Unidos. Trata-se de somas vultosas, cujo retorno poderia imprimir considerável impulso à economia nacional e, mormente, influir substancialmente na redução da dívida externa.

Conclui-se, assim, que a solução para os problemas das dívidas também pode ser encontrada no campo político, lembrando as palavras do barão Luiz, ministro do rei Luiz Felipe da França: "Majestade, nos fazei uma boa política e eu vos farei boas finanças". Se este conceito se difundir, se a economia mundial continuar a se desenvolver positivamente e se os países do Terceiro Mundo conseguirem um maior acesso aos mercados internacionais para escoar a sua produção, as possibilidades de solução para o problema das dívidas poderão ser encaradas de forma positiva.

(*) Diretor geral da União de Bancos Suíços, Zurique.